



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/05/2020. Publicação: 29/05/2020. Edição nº 097/2020.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.....	3
Procuradoria Geral de Justiça.....	3
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF.....	3
CONVOCAÇÃO.....	5
Diretoria Geral.....	7
EXTRATOS.....	7
Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior.....	8
AÇAILÂNDIA.....	8
ARAIOSÉS.....	9
BURITI.....	12
IMPERATRIZ.....	13
SANTA INÊS.....	19
URBANO SANTOS.....	20

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO Procuradoria Geral de Justiça

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 1º. QUADRIMESTRE DE 2020 (MAIO/2019 A ABRIL/2020)

Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
RGF – ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea “a”) e Portaria STN nº.637/2012
R\$ 1,00

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS													Total (últimos 12 meses) (a)	Inscritas em restos a pagar não Processados (b)
	Maio/2019 aAbril/2020														
	LIQUIDADAS														
	Maio/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	30.936.734,38	42.454.553,03	30.966.332,43	31.002.089,52	30.576.453,82	32.608.659,55	32.726.117,16	52.711.475,08	30.929.973,17	30.833.787,15	34.323.692,09	33.475.985,35	413.545.852,73		
Pessoal Ativo	26.636.301,35	38.154.121,41	26.665.900,79	26.701.657,88	26.276.022,18	28.308.227,91	28.425.685,52	44.110.611,80	26.629.295,53	26.532.832,07	30.054.439,38	29.208.052,58	357.703.148,40		
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.300.433,03	4.300.431,62	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	8.600.863,28	4.300.677,64	4.300.955,08	4.269.252,71	4.267.932,77	55.842.704,33		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art.18 da LRF)															
Despesas não computadas (§1º do art.19 da LRF) (II)	10.818.222,34	10.905.711,74	10.865.160,22	10.853.086,79	10.601.905,28	10.621.992,66	10.600.203,63	21.287.897,79	8.812.074,83	8.711.070,75	8.802.286,75	8.606.216,37	131.485.829,15		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial	2.085.926,98	2.057.562,26	2.076.944,32	2.084.996,92	1.985.485,32	2.002.230,64	2.008.208,22	3.983.144,00	32.445,56	32.570,03	32.749,81	32.641,29	18.414.905,35		
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	13.723,74	30.472,79	961,77	0,00	0,00	0,00	0,00	74.709,97	4.928,82	74.709,97	22.472,02	221.979,08		
Inativos e Pensionistas com Recursos															



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/05/2020. Publicação: 29/05/2020. Edição nº 097/2020.

Vinculados														
IRRF (Decisão PL-TCE nº.15/2004)	4.431.862,33	4.533.994,12	4.457.311,47	4.466.696,46	4.315.988,32	4.319.330,38	4.291.563,77	8.703.890,51	4.404.241,66	4.372.616,82	4.425.574,26	4.283.170,29	57.006.240,39	
Pessoal Inativos e Pensionistas (Decisão PL-TCE nº.1.895/2002)	4.300.433,03	4.300.431,62	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	8.600.863,28	4.300.677,64	4.300.955,08	4.269.252,71	4.267.932,77	55.842.704,33	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	20.118.512,04	31.548.841,29	20.101.172,21	20.149.002,73	19.974.548,54	21.986.666,89	22.125.913,53	31.423.577,29	22.117.898,34	22.122.716,40	25.521.405,34	24.869.768,98	282.060.023,58	
Despesa Total com Pessoal - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	282.060.023,58													
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
Receita Corrente Líquida - RCL (V)	14.959.941.998,00													
% da Despesa Total com Pessoal - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,89													
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) <2,00%>	299.198.839,96													
Limite Prudencial (Parágrafo único, art. 22 da LRF) <1,90%>	284.238.897,96													
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) <1,80%>	269.278.955,96													

RGF/Tabela 1.2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) e Portaria STN nº. 637/2012

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	413.545.852,73	0,00
Pessoal Ativo	357.703.148,40	
Pessoal Inativo e Pensionistas	55.842.704,33	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do Art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do Art. 19 da LRF) (II)	131.485.829,15	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	18.414.905,35	
Despesas de Exercícios Anteriores	221.979,08	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
IRRF (Decisão PL-TCE nº. 15/2004)	57.006.240,39	
Pessoal Inativos e Pensionistas (Decisão PL-TCE nº. 1.895/2002)	55.842.704,33	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	282.060.023,58	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	282.060.023,58	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.959.941.998,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,89	
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) <2,00%>	299.198.839,96	
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único, art. 22 da LRF) <1,90%>	284.238.897,96	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) <1,80%>	269.278.955,96	

FONTES: Sistema SIAFEM; Unidade Responsável SEPLAN.

Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças – PGJ/MA.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados (empenhados e não liquidados) são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/05/2020. Publicação: 29/05/2020. Edição nº 097/2020.

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; e

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota₂: De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 1.895/2002, Inativos e Pensionistas não serão computados para fins dos limites específicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

Nota₃: De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 15/2004, o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte não deve ser computado como despesa com pessoal compondo os limites global e específico previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

Tabela 1.3

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b - a)	(d) = (1/3*c)	(e)=(b - d)	(f)	(g) = (f - a)	(h)=(a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES DIRETOR-GERAL
CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA ANALISTA MINISTERIAL DIRETORA DA SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA	CARLOS ALBERTO PINHEIRO BARROS JÚNIOR ANALISTA MINISTERIAL ASSESSOR-CHEFE DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA
JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR ANALISTA MINISTERIAL COORDENADOR DE FOLHA DE PAGAMENTO	TATIANA ALVES DE PAULA ANALISTA MINISTERIAL COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

CONVOCAÇÃO

PAUTA-SCP – 42020

Código de validação: 83C9985CD5

CONVOCAÇÃO



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/09/2020. Publicação: 29/09/2020. Edição nº 180/2020.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2º. QUADRIMESTRE DE 2020 (SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020)

Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
RGF – ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") e Portaria STN nº.637/2012
R\$ 1,00

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS													Total (últimos 12 meses) (a)	Inscritas em restos a pagar não Processados (b)
	Setembro/2019 a Agosto/2020														
	LIQUIDADAS														
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	30.465.977,42	30.321.218,98	30.308.992,14	50.362.524,52	30.710.382,03	30.636.157,40	34.284.964,40	33.465.285,96	33.409.395,11	44.933.772,99	33.331.095,05	33.345.096,15	415.574.862,15		
Pessoal Ativo	26.165.545,78	26.020.787,34	26.008.560,50	41.761.661,24	26.409.704,39	26.335.202,32	30.015.711,69	29.197.353,19	29.176.924,62	40.737.962,92	29.113.323,23	29.146.148,67	360.088.885,89		
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	8.600.863,28	4.300.677,64	4.300.955,08	4.269.252,71	4.267.932,77	4.232.470,49	4.195.810,07	4.217.771,82	4.198.947,48	55.485.976,26		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art.18 da LRF)															
Despesas não computadas (§1º do art.19 da LRF) (II)	10.601.905,28	10.621.992,66	10.600.203,63	21.287.897,79	8.812.074,83	8.711.070,75	8.762.658,00	8.606.216,37	8.548.943,74	8.640.535,42	8.522.330,12	8.502.320,98	122.218.149,57		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial	1.985.485,32	2.002.230,64	2.008.208,22	3.983.144,00	32.445,56	32.570,03	32.749,81	32.641,29	32.641,29	32.641,29	32.350,81	32.350,81	10.239.459,07		
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	74.709,97	4.928,82	35.081,22	22.472,02	2.223,48	45.738,99	0,00	0,00	185.154,50		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados															
IRRF (Decisão PL-TCE nº.15/2004)	4.315.988,32	4.319.330,38	4.291.563,77	8.703.890,51	4.404.241,66	4.372.616,82	4.425.574,26	4.283.170,29	4.281.608,48	4.366.345,07	4.272.207,49	4.271.022,69	56.307.559,74		
Pessoal Inativos e Pensionistas (Decisão PL-TCE nº.1.895/2002)	4.300.431,64	4.300.431,64	4.300.431,64	8.600.863,28	4.300.677,64	4.300.955,08	4.269.252,71	4.267.932,77	4.232.470,49	4.195.810,07	4.217.771,82	4.198.947,48	55.485.976,26		
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	19.864.072,14	19.699.226,32	19.708.788,51	29.074.626,73	21.898.307,20	21.925.086,65	25.522.306,40	24.859.069,59	24.860.451,37	36.293.237,57	24.808.764,93	24.842.775,17	293.356.712,88		
Despesa Total com Pessoal – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	293.356.712,88														
APURACÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL															
Receita Corrente Líquida – RCL (V)	15.747.722.688,09														
% da Despesa Total com Pessoal – DTP sobre a RCL (V) = (IV/V)*100	1,86														
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art.20 da LRF) < 2,00%>	314.954.453,76														
Limite Prudencial (Parágrafo único, art.22 da LRF) < 1,90%>	299.206.731,07														



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/09/2020. Publicação: 29/09/2020. Edição nº 180/2020.

Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)
< 1,80%>

283.459.008,39

RGF/Tabela 1.2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) e Portaria STN nº. 637/2012
R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	415.574.862,15	0,00
Pessoal Ativo	360.088.885,89	
Pessoal Inativo e Pensionistas	55.485.976,26	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º. do Art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º. do Art. 19 da LRF) (II)	122.218.149,57	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	10.239.459,07	
Despesas de Exercícios Anteriores	185.154,50	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
IRRF (Decisão PL-TCE nº. 15/2004)	56.307.559,74	
Pessoal Inativos e Pensionistas (Decisão PL-TCE nº. 1.895/2002)	55.485.976,26	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	293.356.712,58	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	293.356.712,58	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	15.747.722.688,09	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		1,86
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) < 2,00%>	314.954.453,76	
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único, art. 22 da LRF) < 1,90%>	299.206.731,07	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º. do art. 59 da LRF) < 1,80%>	283.459.008,39	

FONTES: Sistema SIGEF; Unidade Responsável SEPLAN.

Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças – PGJ/MA.

Nota₁: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados (empenhados e não liquidados) são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; e



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 28/09/2020. Publicação: 29/09/2020. Edição nº 180/2020.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota2: De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 1.895/2002, Inativos e Pensionistas não serão computados para fins dos limites específicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

Nota3: De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 15/2004, o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte não deve ser computado como despesa com pessoal compondo os limites global e específico previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

Tabela 1.3

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b - a)	(d) = (1/3*c)	(e)=(b - d)	(f)	(g) = (f - a)	(h)=(a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Procurador-Geral de Justiça

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
Diretor-Geral

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Analista Ministerial
Diretor da Secretaria
Administrativo-Financeira

CARLOS ALBERTO PINHEIRO BARROS JÚNIOR
Analista Ministerial
Assessor-Chefe de
Controle Interno e Auditoria

JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR
Analista Ministerial
Coordenador de Folha de Pagamento

TATIANA ALVES DE PAULA
Analista Ministerial
Coordenadora de Orçamento e Finanças

Corregedoria Geral

PROVIMENTO

PROV - 32020

Código de validação: D7733FC4D7

PROVIMENTO 03/2020 – CGMPMA



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 27/01/2021. Publicação: 28/01/2021. Edição nº 019/2021.

EDT-GPGJ - 92021

Código de validação: 7C0EF38365

CONVOCAÇÃO - BANCO DE CADASTROS

PROCESSO SELETIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei 9.608 de 18 de fevereiro de 1998 e no Ato nº 24/2019-GPGJ e

CONSIDERANDO a formação de Banco de Cadastros, conforme estabelecido no Ato nº 24/2019-GPGJ (com alterações do Ato nº 78/2020-GPGJ), de acordo com as áreas de conhecimento e lotações dispostas no Edital nº 37/2020-GPGJ;

CONSIDERANDO o disposto no Processo nº 155202020, cujo objeto versa sobre convocação de candidatos, na área de Direito, no Banco de Cadastros, para Prestação de Serviço Voluntário na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras;

CONVOCA os candidatas FRANCISCA DÉBORA NUNES DA CONCEIÇÃO e THÁGILA RANIERE BARBOSA DA SILVA, área Direito, inscritas no Banco de Cadastro para Prestação de Serviço Voluntário, para encaminharem para a Coordenadoria de Gestão de Pessoas, os seguintes documentos: R.G., C.P.F, título de eleitor e comprovante de escolaridade (diploma, certidão de conclusão de curso ou declaração), pelo e-mail servicovoluntario@mpma.mp.br, no período de 27 de janeiro a 3 de fevereiro de 2021, para providências relativas ao TERMO DE ADESÃO.

* Assinado eletronicamente

LIZE DE MARIA BRANDÃO DE SÁ COSTA

Procuradora-Geral de Justiça, em Exercício

Matrícula 387274

Documento assinado. Ilha de São Luís, 26/01/2021 14:28 (LIZE DE MARIA BRANDÃO DE SÁ COSTA)

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º. QUADRIMESTRE DE 2020 (JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020)

Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
RGF – ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") e Portaria STN nº.637/2012
RS 1,00

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS													Total (últimos 12 meses) (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
	Janeiro/2020 a Dezembro/2020														
	LIQUIDADAS														
	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	30.710.382,03	30.636.157,40	34.284.964,40	33.465.285,96	33.409.395,11	44.933.772,99	33.331.095,05	33.345.096,15	33.471.991,12	33.520.040,89	36.430.586,95	61.310.028,67	438.848.796,72		
Pessoal Ativo	26.409.704,39	26.335.202,32	30.015.711,69	29.197.353,19	29.176.924,62	40.737.962,92	29.113.323,23	29.146.148,67	29.273.043,64	29.321.093,41	32.231.639,50	50.113.150,69	381.071.258,27		
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.300.677,64	4.300.955,08	4.269.252,71	4.267.932,77	4.232.470,49	4.195.810,07	4.217.771,82	4.198.947,48	4.198.947,48	4.198.947,48	4.198.947,45	11.196.877,98	57.777.538,45		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art.18 da LRF)															
Despesas não computadas (§1º do art.19 da LRF) (II)	8.812.074,83	8.711.070,75	8.762.658,00	8.606.216,37	8.548.943,74	8.640.535,42	8.522.330,12	8.502.320,98	8.664.979,76	8.557.832,19	8.354.160,82	20.061.163,82	114.744.286,80		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial	32.445,56	32.570,03	32.749,81	32.641,29	32.641,29	32.641,29	32.350,81	32.350,81	32.350,81	32.350,81	32.350,81	32.350,81	389.794,13		
Despesas de Exercícios Anteriores	74.709,97	4.928,82	35.081,22	22.472,02	2.223,48	45.738,99	0,00	0,00	121.361,01	0,00	59.635,11	51.456,18	417.606,80		
Inativos e Pensionistas com															



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 27/01/2021. Publicação: 28/01/2021. Edição nº 019/2021.

Recursos Vinculados														
IRRF (Decisão PL-TCE nº.15/2004)	4.404.241,66	4.372.616,82	4.425.574,26	4.283.170,29	4.281.608,48	4.366.345,07	4.272.207,49	4.271.022,69	4.312.320,46	4.326.533,90	4.063.227,45	8.780.478,85	56.159.347,42	
Pessoal Inativos e Pensionistas (Decisão PL-TCE nº.1.895/2002)	4.300.677,64	4.300.955,08	4.269.252,71	4.267.932,77	4.232.470,49	4.195.810,07	4.217.771,82	4.198.947,48	4.198.947,48	4.198.947,48	4.198.947,45	11.196.877,98	57.777.538,45	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	21.898.307,20	21.925.086,65	25.522.306,40	24.859.069,59	24.860.451,37	36.293.237,57	24.808.764,93	24.842.775,17	24.807.011,36	24.962.208,70	28.076.426,13	41.248.864,85	324.104.509,92	
Despesa Total com Pessoal - DTP (IV) = (IIIa + IIIB)	324.104.509,92													
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>														
Receita Corrente Líquida - RCL (V)	16.206.158.966,26													
% da Despesa Total com Pessoal - DTP sobre a RCL (V) = (IV/V)*100	2,00													
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art.20 da LRF) < 2,00%>	324.123.179,33													
Limite Prudencial (Parágrafo único, art.22 da LRF) < 1,90%>	307.917.020,36													
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF) < 1,80%>	291.710.861,39													

RGF/Tabela 1.2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) e Portaria STN nº. 637/2012
R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	438.848.796,72	0,00
Pessoal Ativo	381.071.258,27	
Pessoal Inativo e Pensionistas	57.777.538,45	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do Art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do Art. 19 da LRF) (II)	114.744.286,80	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	389.794,13	
Despesas de Exercícios Anteriores	417.606,80	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
IRRF (Decisão PL-TCE nº. 15/2004)	56.159.347,42	
Pessoal Inativos e Pensionistas (Decisão PL-TCE nº. 1.895/2002)	57.777.538,45	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	324.104.509,92	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	324.104.509,92	
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	16.206.158.966,26	



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 27/01/2021. Publicação: 28/01/2021. Edição nº 019/2021.

% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,00
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) < 2,00%>	324.123.179,33
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único, art. 22 da LRF) < 1,90%>	307.917.020,36
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º. do art. 59 da LRF) < 1,80%>	291.710.861,39

FONTES: Sistema SIGEF; Unidade Responsável SEPLAN.

Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças – PGJ/MA.

Nota₁: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados (empenhados e não liquidados) são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; e

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota₂: De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 1.895/2002, Inativos e Pensionistas não serão computados para fins dos limites específicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

Nota₃: De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 15/2004, o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte não deve ser computado como despesa com pessoal compondo os limites global e específico previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

Tabela 1.3

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b - a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b - d)	(f)	(g) = (f - a)	(h) = (a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Tabela 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (Pode apresentar saldo negativo)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b+c+d+e) - f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) (identificar de forma individualizada)	20.763.877,00	-	84.402,79	2.458.550,19	15.276,72	-	18.205.647,30	8.561.557,23	-
RECURSOS ORDINÁRIOS – TESOURO (101)	10.153.180,05	-	84.402,79	340.138,75	1.246,89	-	9.727.391,62	7.871.985,10	-
RECURSOS ORDINÁRIOS – TESOURO (301)	2.150.201,16	-	-	2.017.579,09	-	-	132.622,07	-	-
RECEITAS OPERACIONAIS A FUNDO (107)	8.409.324,52	-	-	100.832,35	14.029,83	-	8.294.462,34	689.572,13	-
RECEITAS OPERACIONAIS A FUNDO (307)	51.171,27	-	-	-	-	-	51.171,27	-	-



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

São Luís/MA. Disponibilização: 27/01/2021. Publicação: 28/01/2021. Edição nº 019/2021.

TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III)=(I+II)	20.763.877,00	-	84.402,79	2.458.550,19	15.276,72	-	18.205.647,30	8.561.557,23	-

FONTES: Sistema SIGEF; Unidade Responsável SEPLAN.

Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças – PGJ/MA.

Tabela 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
LRF, art. 48 – Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	16.206.158.966,26	
DESPESA COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	324.104.509,92	2,00%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	324.123.179,33	2,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	307.917.020,36	1,90%
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Externas e Internas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR		
Valor Total	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO 8.561.557,23	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) 18.205.647,30

FONTES: Sistema SIGEF; Unidade Responsável SEPLAN.

Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças – PGJ/MA.

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Procurador-Geral de Justiça



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 27/01/2021. Publicação: 28/01/2021. Edição nº 019/2021.

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
Diretor-Geral

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Analista Ministerial
Diretor da Secretaria
Administrativo-Financeira

CARLOS ALBERTO PINHEIRO BARROS JÚNIOR
Analista Ministerial
Assessor-Chefe de
Controle Interno e Auditoria

PAULO SÉRGIO ARAÚJO ALBERTO
Técnico Ministerial
Coordenador de Folha de Pagamento
- em exercício -

ANA CLÁUDIA REIS GODINHO
Coordenadora de Orçamento e Finanças
- em exercício -

Comissão Permanente de Licitação

EXTRATOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021

PROCESSO Nº: 9949/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020 – SRP – CPL/PGJ. OBJETO: registro de preços para a eventual aquisição de Material Gráfico – Grupo I do Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 35/2020.

GRUPO I (Ampla Concorrência)					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL R\$
01	Envelope kraft natural, tipo saco comum, 90g, tamanho 250x185mm – pequeno - com impressão em negrito timbre, brasão e endereço da procuradoria, conforme modelo em anexo. O material deverá ser entregue embalado em caixas com 250 unidades.	UND.	10.000	0,19	1.900,00.
02	Envelope kraft natural, tipo saco comum, 90g, tamanho 250x185mm – pequeno -com impressão em negrito timbre, brasão, conforme modelo anexo. O material deverá ser entregue embalado em caixas com 250 unidades.	UND.	20.000	0,17	3.400,00
03	Envelope kraft natural, tipo saco comum, 90g, tamanho 350x250mm – médio – com impressão de negrito timbre, brasão e endereço da procuradoria conforme modelo anexo. O material deverá ser entregue embalado em caixas com 250 unidades.	UND.	15.000	0,28	4.200,00
04	Envelope kraft natural, tipo saco comum, 90g, tamanho 350x250mm – médio – com impressão de negrito timbre e brasão da procuradoria conforme modelo anexo. Cx c/ 250 unidades.	UND.	40.000	0,27	10.800,00
05	Envelope kraft natural, tipo saco comum, 90g, tamanho 410x310mm – grande – com impressão de negrito timbre, brasão e endereço da procuradoria, conforme modelo. O material deverá ser entregue embalado em caixas com 250 unidades.	UND.	12.000	0,38	4.560,00
06	Envelope kraft natural, tipo saco comum, 90g, tamanho 410x310mm – grande – com impressão de negrito timbre e brasão da procuradoria, conforme modelo. O material deverá ser entregue embalado em caixas com 250 unidades.	UND.	15.000	0,38	5.700,00
07	Envelope branco, tipo ofício, timbrado, 75g/m ² , impressão tamanho 229x114mm, conforme modelo. O material deverá ser entregue embalado em caixas com 1.000 unidades.	UND.	1.000	0,18	180,00
08	Bloco de folha de despacho, com cabeçalho, pautado, impressão frente e verso, em papel apergaminhado 75g/m ² , tamanho 308x210mm, bloco com 100 folhas, conforme modelo.	UND.	100	6,00	600,00
09	Capa de processo, com impressão de negrito em papel cromo card (branca), 250mg,	UND.	40.000	0,80	32.000,00